

Parte 1: Apresentação

Luís Antonio Paulino

Como citar: PAULINO, Luís Antonio. Parte 1: Apresentação. *In:* POSSAS, Lúcia M. V.; SALA, José Blanes (org.). **Novos atores e relações internacionais**. Marília: Oficina Universitária, 2010. p. 3-8. DOI: <https://doi.org/10.36311/2010.978-85-7983-065-5.p3-8>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

PARTE I
DANÇANDO COM OS GIGANTES:
O BRASIL E O BRICs

APRESENTAÇÃO

*Luís Antonio Paulino*¹

O pano de fundo dos artigos da Parte I deste livro é o cenário em mutação da economia mundial, no qual um conjunto de países, que antes tinham pouca ou nenhuma influência sistêmica, aumentam o seu brilho na constelação de poder global, provocando um realinhamento importante nas relações de poder e na própria economia-mundo. O aspecto mais conspícuo dessas mudanças é a emergência, entre os países em desenvolvimento, de um conjunto de novos atores, que estão alterando as tradicionais relações de equilíbrio de poder global, os chamados BRICs.

Os BRICs, acrônimo de Brasil, Rússia, Índia e China e, dentre estes, particularmente os dois últimos, epitomam, no imaginário coletivo, esse processo de mudança, mas nem de longe são os únicos atores relevantes no processo. Outros países do mundo em desenvolvimento, tais como México, África do Sul e

¹ Luís Antonio Paulino é professor da Universidade Estadual Paulista - Unesp, na Faculdade de Filosofia e Ciências – Marília, no curso de Relações Internacionais, onde leciona disciplinas nas áreas de economia e comércio internacional. É “short term consultant” do Banco Mundial e membro do Conselho Superior de Comércio Exterior – COSCEX, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo – FIESP. Professor do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências – Unesp – Marília - lapaulino@marilia.unesp.br

Vietnã, contribuem para redesenhar os equilíbrios de poder neste início de século, ao mesmo tempo em que o antigo centro, representado pelos Estados Unidos e União Européia, tem cada vez mais dificuldade em ditar o ritmo de funcionamento do resto do mundo.

Como afirmou Javier Santiso (2008, p. A15), economista-chefe do Centro de Desenvolvimento da OCDE, em artigo recente:

Não se trata de espuma passageira, mas de uma profunda onda duradoura. Há 50 anos, as economias da OCDE concentravam 75% do PIB mundial. Agora sua parcela se aproxima de apenas 55% do PIB mundial. A maior parte do crescimento mundial destes últimos anos se situa nas economias emergentes.

Há uma década mais de 70% do comércio mundial estava nas mãos dos países ricos e agora esta proporção é apenas 60%. Pela primeira vez, em 2007, a participação dos BRICs na economia mundial igualou a dos Unidos (21% do PIB mundial) (SANTISO, 2008, p. A15).

Enquanto há 40 anos, 100% do investimento direto estrangeiro tinham origem nos países da OCDE, atualmente esse montante é de apenas 85%. Jóias do antigo império britânico como a siderúrgica Corus e as fabricantes de automóveis Jaguar e Land Rover, são agora propriedade de empresas indianas. A unidade de computadores pessoais da IBM, a Lenovo, passou para o controle estatal chinês. No Brasil, o processo de internacionalização de empresas por meio do investimento direto estrangeiro vai ganhando impulso. Dezenas de empresas brasileiras têm fábricas ou subsidiárias em outros países. A Petrobrás, uma das pioneiras, investe não apenas na América Latina, mas já adquiriu refinarias nos Estados Unidos e no Japão. Aracruz, Coteminas, Companhia Vale do Rio Doce, Embraco, Embraer, Gerdau, Marco Polo, Natura, Odebrecht, Sabó, Sadia, Suzano, Tigre, Vicunha, Vipal, Votorantin e WEG, entre outras, estabeleceram ou adquiriram unidades em diversos países do mundo: Estados Unidos, União Européia, Rússia, China e Índia.

Renomados especialistas em estudos de desenvolvimento, como o economista e historiador Angus Maddison, consultorias e bancos de investimentos de prestígio internacional, como a PriceWaterHouseCoopers (PWC) e o Goldman Sachs debruçam-se sobre esse fenômeno e tentam prever quando a China, que até meados do século XIX concentrava mais de 30% do PIB mundial, superará novamente nos Estados Unidos.

Segundo Angus Maddison (2007), em 2015 a economia chinesa terá alcançado a economia americana. Diversos estudos do Goldman Sachs (PURUSHOTHAMAN; WILSON, 2003; GOLDMAN, 2003) apontam que os chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China) figurarão, por volta de 2050, entre as quatro maiores economias do mundo.

Toda tentativa de antecipar o futuro é um exercício de alto risco, dado o elevado grau de incerteza envolvido nas hipóteses assumidas. É fato, contudo, que mudanças importantes estão em curso na economia mundial e o Brasil está no olho do furacão.

Conseguiremos nos manter nessa onda e deixar definitivamente para trás as frustrações da “construção interrompida”, verdadeiro trabalho de Sísifo, a que nos condenou o pecado original da exploração colonial, ou seremos engolidos pela onda, morrendo na praia como bolhas de espuma?

É uma questão totalmente em aberto. Depende, em parte, das restrições externas que limitam a capacidade do país formular sua estratégia de desenvolvimento. Mais importante, contudo, depende da capacidade do Brasil formular políticas adequadas de desenvolvimento que sejam capazes de lidar com essas mesmas restrições e o novo quadro que se estabelece da economia global.

Nesse sentido, comparar experiências e tentar entender como os principais atores envolvidos nesse processo estão lidando com essa nova situação é uma tarefa urgente.

Não há receita pronta para o sucesso. Como o demonstram os trabalhos apresentados a seguir: o texto de Anatoly S. Kopto, Cônsul Geral da Rússia no Brasil, no qual aborda as reformas

recentes da economia Rússia; de Durval de Noronha Goyos Jr., sobre a ordem política mundial e os novos protagonistas nas relações internacionais; de Luís Antonio Paulino, sobre o novo papel dos BRICS na economia mundial; de Marina Gusmão de Mendonça, sobre os dilemas e perspectivas da África do Sul contemporânea; de Marcos Cordeiro Pires, sobre estratégias de inserção internacional de Brasil e da República Popular da China e de Yogesh Tyagi, sobre as visões da globalização a partir da perspectiva indiana, nada é óbvio quando o tema é a estratégia de desenvolvimento.

O sucesso atual de países, como a China e a Índia, se deve, em grande parte, à capacidade de combinar elementos da chamada ortodoxia econômica, como a abertura ao comércio exterior e ao investimento estrangeiro, com elementos altamente heterodoxos, derivados de uma experiência local única.

O que o êxito das experiências chinesa e indiana demonstram é que, ao contrário da tabula rasa do Consenso de Washington, é preciso identificar prioridades. Ao invés de uma longa e exigente lista de pré-requisitos institucionais, a maioria dos quais não são causas, mas conseqüências, é preciso reconhecer que há fatores que servem de esteio para o crescimento econômico; que o crescimento econômico é comandado por um conjunto inicialmente restrito de políticas e iniciativas institucionais, as quais constituem a estratégia de desenvolvimento de cada país; que os elementos chave dessa estratégia são o investimento em recursos humanos adequados, a existência da infra-estrutura pública para suportar o crescimento econômico e um consenso social mínimo em torno dessas mesmas políticas, que galvanize a energia do conjunto da sociedade e motivem os investidores domésticos. Não há desenvolvimento nacional sem uma ideologia do desenvolvimento nacional, no sentido de um conjunto de idéias que interpretem a realidade nacional a partir de seus próprios valores, e se constituam no motor de transformação dessa própria realidade.

As reformas iniciais necessárias para deslanchar as estratégias de desenvolvimento nunca são, como bem o demonstra a experiência desses países, meras cópias uma das outras. No geral,

combinam abordagens mais ou menos ortodoxas com inovações domésticas não convencionais. Se há, portanto, algo que possamos aprender da análise comparada da experiência recente das economias emergentes em rápido crescimento é que nada é óbvio.

O comércio internacional pode expandir mercados, facilitar a competição e disseminar conhecimentos, criando oportunidades de crescimento e desenvolvimento humano, mas a liberalização comercial, por si mesma, não garante o desenvolvimento humano, e sua expansão nem sempre tem um efeito positivo ou neutro nesse desenvolvimento.

Pré-condições institucionais e sociais, internas e externas, determinam, em larga medida, se e quando um país ou grupo populacional se beneficiará do comércio. A integração mais profunda na economia global pode tornar os países em desenvolvimento mais vulneráveis a choques externos. A liberalização comercial pode resultar em deterioração dos termos de troca e, em alguns casos, em crescimento empobrecedor, quando o aumento da produção para exportação não é absorvido pelos mercados internacionais, causando danos aos termos de troca e perdas na renda real.

O comércio pode também aumentar a participação econômica das pessoas, na medida em que cria empregos e facilita o acesso ao crédito e aos mercados de bens. O aprimoramento da capacidade de produção necessária para a conquista de novos mercados contribui não apenas para o crescimento econômico, como para a geração de conhecimentos e, em última instância, para a elevação do bem-estar material e e o desenvolvimento espiritual da nação. Não há, contudo, provas convincentes de que a liberalização comercial esteja sempre associada ao crescimento econômico (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2004, p. 74).

A integração na economia global é um resultado, não um pré-requisito de uma estratégia bem sucedida de crescimento. Se, por um lado, nenhum país desenvolveu-se com sucesso virando as costas ao comércio internacional e aos fluxos de capital de

longo prazo, a simples abertura para o comércio e os investimentos externos também não logrou fazê-lo (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2004, p. 74). Mais uma vez, retornando ao recente exemplo chinês e indiano, a chave do sucesso está em combinar as oportunidades oferecidas pelos mercados globais com estratégias de investimento interno.